



Os desafios ainda são importantes, mas é possível erradicar a pobreza extrema e a desnutrição, garantindo o acesso universal a serviços sociais e oportunidades econômicas, daqui a 2030

AVALIAÇÃO

NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

SUMÁRIO EXECUTIVO



ÍNDICE

03 SUMÁRIO EXECUTIVO

05 PARCERIA NACIONAL NÃO DEIXAR NINGUEM PARA TRÁS

05 A AVALIAÇÃO NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS COMO FERRAMENTA VIVA

06 A METODOLOGIA: ANÁLISE, SÍNTESE, E PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

08 QUEM? GRUPOS E INDIVÍDUOS EM MAIOR RISCO DE SEREM DEIXADOS PARA TRÁS

18 O QUÊ? ANÁLISE DAS CAUSAS DAS PRIVAÇÕES E BARREIRAS

24 O QUE? RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cabo Verde teve uma jornada de sucesso para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2000-2015), que continuou nos primeiros anos de implementação da Agenda global 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015-2030). Este sucesso é baseado em instituições fortes, boa governança e investimento constante em capital humano.

A inclusão de populações vulneráveis no caminho para os ODS está no centro da ação do Governo (14% das despesas públicas estão alocadas a programas de inclusão social). Neste contexto e apesar da crise da COVID, a pobreza diminuiu de 23.7% em 2015 a 13.1% em 2020, e a proporção da população vivendo com metade do rendimento médio tem passado de 15 a 5% no mesmo período¹.

Os desafios ainda são importantes, mas é possível erradicar a pobreza extrema e a desnutrição, garantindo o acesso universal a serviços sociais e oportunidades econômicas, daqui a 2030².

¹ GCV, Relatório Nacional Voluntário de Cabo Verde, 2021

² GCV, Programa do Governo do VIII Governo Constitucional da República de Cabo Verde (2021-2026). Praia, 2021, pp.11-12. <https://ped.gov.cv/sites/default/files/2018-06/Programa%20do%20Governo%20da%20IX%20Legislatura%202016-2021.pdf>

Não Deixar Ninguém para Trás constitui uma promessa central e que se propõe transformadora da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e dos 17 ODS, que visam assegurar os direitos económicos, sociais, civis, políticos e culturais de toda a população.

A nível nacional, a erradicação da pobreza extrema e a redução das desigualdades e vulnerabilidades, acabando com a discriminação e exclusão, são prioridades centrais do novo Programa de Governo, da estratégia de longo termo “Cabo Verde Ambição 2030”, e um compromisso para com o resto do mundo, concretizado no Relatório Voluntário Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2021.



Parceria Nacional Não Deixar Ninguém Para Trás

A Avaliação não deixar Ninguém para Trás mais não é que uma ferramenta nas mãos da Parceria Nacional Não Deixar Ninguém para Trás, liderada pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e do Ministério de Finanças, com apoio das Nações Unidas. Esta Parceria tem como objetivo juntar esforços nas análises, harmonizar as visões e prioridades, e reforçar em conjunto a implementação das políticas públicas para garantir a melhoria do bem-estar, das condições de vida, das oportunidades de escolha e de acesso, daqueles que por múltiplos motivos e causas, estão a ficar mais para trás no desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

A Parceria Não Deixar Ninguém Para Trás representa um espaço permanente de discussão e de harmonização da Ação de todas as instituições que trabalham na inclusão política e socioeconómica, sob a liderança do Governo e com participação da Sociedade Civil e das Nações Unidas e todos os parceiros.

A Parceria assegurou a pilotagem da avaliação e a sua inscrição no contexto legal e político nacional e no processo de planeamento estratégico e de desenvolvimento sustentável.

A parceria nacional LNOB integra: Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS); Ministério de Finanças (MF); Instituto Nacional de Estatística (INE); Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC); Universidade de Cabo Verde – Centro Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF); Plataforma das ONGs; Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG); Instituto Cabo-verdiano das Crianças e Adolescentes (ICCA) ; Grupo de

Direitos Humanos e Género das Nações Unidas, bem como os Ministérios setoriais, em função das temáticas específicas.

A Avaliação Não Deixar Ninguém Para Trás como ferramenta viva

A Avaliação é uma ferramenta viva, atualizado sempre que necessário no futuro, a medida que novos dados e informações são recolhidas pela Parceria Nacional para integrar esta ferramenta. Evoluirá constantemente com o tempo, para monitorar de perto o progresso da situação das populações mais vulneráveis. Uma ferramenta ao serviço do trabalho das instituições membros da Parceria Nacional Não Deixar Ninguém para Trás, mas também dos ministérios setoriais e outras entidades públicas, para informar a implementação das políticas públicas, dos municípios, das organizações da sociedade civil, do setor académico, etc.

A Avaliação fornece dados e análises fiáveis para identificar quem está a ser deixado para trás e porquê; e que estratégias comuns podem dar um salto qualitativo e acelerar a implementação de políticas, planos e programas de proteção social, de promoção dos direitos humanos e inclusão política e socioeconómica destas pessoas.

Neste sentido, a Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás tem como objetivos identificar:



Quem?

Identificar os principais grupos sociais que, em Cabo Verde, ficaram para trás ou estão em risco de ficar para trás



O quê?

Determinar as causas próximas e profundas/ estruturais que os impulsionam ao risco de ficar para trás



O que?

Identificar as medidas que devem ser gizadas para deixem ou mitiguem os riscos de ficar para trás. Adicionalmente, a avaliação deve, por um lado, buscar localizar onde se encontram esses grupos e, por outro, analisá-los na perspetiva dos direitos humanos.

Os resultados da Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás, alimentarão o novo processo de planeamento estratégico, em particular a matriz de convergência e o próximo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, para não deixar ninguém de fora no caminho para a recuperação da pandemia e para o desenvolvimento sustentável. Conferência

A metodologia: Análise, síntese, e participação das populações vulneráveis

A metodologia baseia-se nas abordagens descritas no início do presente documento, numa priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais relevantes para Não Deixar Ninguém para Trás em Cabo Verde, e na participação intensa dos grupos identificados como correndo risco de ficar para Trás.

A presente Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás baseia a sua análise sobre a abordagem

de Direitos Humanos, olhando para o usufruto pelos diferentes grupos dos seus Direitos políticos, económicos e sociais. A Avaliação acrescenta a sensibilidade ao género e as abordagens:



Interseccional

analisando que, de entre as pessoas que estão sendo deixadas para trás, enfrenta privações e desvantagens severas e/ou conflitantes ou múltiplas formas de discriminação que multiplicam os riscos de serem deixadas para trás



Territorial

assumindo o espaço não apenas como locus de vivência desses grupos sociais, mas também de invisibilidade, marginalização e exclusão, e de género.



Ciclo de vida

para poder analisar as barreiras que, desde antes do nascimento até a velhice, vem-se acumulando ao longo do tempo (gravidez, nascimento, saúde neonatal, educação pré-escolar e nutrição, ensino básico e secundário, emprego e rendimento, etc.).



Priorização dos ODS: Estas abordagens dão a grelha de análise para a avaliação, e os **ODS dão a referência para a identificação dos serviços, das oportunidades e dos direitos** cujo acesso a esta limitado para os grupos a ser deixados para trás. Por isso, a avaliação começou com uma priorização dos indicadores dos ODS mais relevantes para o país e a análise LNOB, e um inventário do nível de desagregação disponível para os dados correspondendo a estes indicadores.

Foram identificados os indicadores mais relevantes a fim de identificar os grupos

de pessoas mais afetados pelos riscos de ficar para trás em Cabo Verde. Em segunda lugar, uma segunda ronda de seleção foi baseada nos critérios de *Disponibilidade e frequência de publicação, Fiabilidade, Nível de desagregação, e relevância dos dados.*

20 indicadores foram priorizados, medindo a pobreza, a fome, o acesso a serviços básicos e sociais e a oportunidades económicas, a desigualdade, e o acesso a justiça.

A avaliação Não Deixar Ninguém para Trás baseou-se nas abordagens descritas para analisar as informações estatísticas existentes e os estudos e análises nelas baseadas, articulando os indicadores estatísticos com os retidos nos indicadores ODS priorizados. Complementarmente, e em especial para os casos de inexistência de dados atualizados, foram realizados um total de 19 grupos focais em função dos grupos em risco de ficar para trás, com entidades que trabalham com os referidos grupos ou do setor a que pertencem (setor público, organizações da sociedade civil, organizações internacionais), e com pessoas dos grupos em risco de ficar para trás, com o objetivo de refinar a análise de quem, dentro de cada grupo, enfrenta maiores riscos de ficar para trás, as múltiplas privações que enfrentam e as causas ou barreiras destas privações.

Os grupos focais foram organizado em duas rondas, uma primeira antes da elaboração do rascunho inicial da Avaliação, para orientar a pesquisa e oferecer pistas de análise e informação qualitativa para o Quem e o Porque, e uma segunda para rever as hipóteses avançadas pela avaliação; conhecer melhor, de forma qualitativa, as barreiras e privações que sofrem; e começar a refletir sobre possíveis soluções para acelerar a implementação das políticas públicas.

Finalmente, antes da finalização do estudo, O Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e o Ministério das Finanças, com apoio das Nações Unidas, organizou um atelier com a Parceria Não Deixar Ninguém para Trás e com as organizações de grupos em risco de ficar para trás tido participado a Avaliação, para de forma participativa, reforçar as recomendações para políticas públicas integradas, inclusivas, transversais, multissetoriais e direcionadas para grupos e indivíduos identificados como estando em risco de ficarem para trás.

Quem? Grupos e indivíduos em maior risco de serem deixados para trás

Foram 9 grupos de pessoas que estão em risco de ficar para trás, e dentro de cada um, vários subgrupos confrontando múltiplas barreiras que os poem em maior risco de ficar para trás.

- Indivíduos e grupos em risco de insegurança alimentar e nutricional
- Raparigas e mulheres em situação de vulnerabilidade social
- Criança e adolescentes vulneráveis e em risco
- Jovens NEET*
*NEET = Não estudam, não trabalham nem frequentam formação profissional

Idosos sem rendimentos e sem acesso a cuidados

Imigrantes, particularmente oriundos do continente africano

Pessoas com deficiência, provenientes de familiares pobres e vulneráveis

Presos e demais indivíduos privados de liberdade

Minorias por Orientação Sexual e Identidade de Género

As populações vivendo em zonas, munípio e ilhas isoladas

Para cada grupo, a Avaliação apresenta 1) uma visão geral da situação atual do grupo no seu conjunto 2) a máxima desagregação possível com os dados disponíveis (sexo, meio de residência, áreas geográficas, idade, etc.) 3) as tendências desagregadas para os últimos anos, conforme a disponibilidade de dados, 4) com base nos s três primeiros pontos, e a informação qualitativa oriunda dos grupos focais e de outros estudos, formula hipóteses sobre os subgrupos e indivíduos com maior risco de ficar para trás.

Alguns grupos em risco de ficar para trás não foram incluídos por insuficiência de dados disponíveis que permitissem sua melhor caracterização, localização e as causas determinantes de sua condição. Esses grupos são os seguintes: (1) Crianças e mulheres com deficiência das periferias urbanas, dos meios rurais e das zonas isoladas com deficiência, particularmente; (2) Crianças e adolescentes a viver em situação de rua; (3) Usuários e dependentes de álcool e outras drogas; (4) Minorias por orientação sexual e identidade de género; (5) Trabalhadores e Profissionais do sexo; (6) Emigrantes deportados.



Pessoas em extrema pobreza

Os grupos vivendo em estado de pobreza monetária, especialmente em situação de extrema pobreza, e cuja limitada cobertura de proteção social não assegura um rendimento mínimo ou acesso a alguns serviços ou cuidados, são os grupos com mais risco de ficar para trás, e isso de forma transversal a todos os outros grupos. **Em 2020 em Cabo Verde 175,844 pessoas viviam com menos de 2,77 dólares por dia, limiar nacional da pobreza, o equivalente a 31,6% da população. A pobreza tem maior incidência no meio rural, onde 44,9% da população é pobre** (25,8% no meio urbano). As diferenças de género não são significantes. 72,874 pessoas vivem em extrema pobreza, o equivalente a 13,1% da população³. **A pobreza extrema tem maior incidência no meio rural**, onde 24,3% da população é pobre (56,9% do total de pobres), sendo que no meio urbano esta taxa se situa nos 8,1%.

3 INECV, perfil da pobreza (estimativas), 2021.

50,4% dos agregados familiares afirmaram que perderam rendimentos por causa da COVID-19 (a percentagem mais elevada foi registada nas ilhas de Boa Vista e Sal, em que respetivamente 81% e 71,8% dos agregados familiares entrevistados afirmaram ter perdido rendimentos por causa da COVID-19). Esta situação foi mais intensa no meio urbano onde 53,3% dos agregados familiares relataram perder rendimentos devido à pandemia, em comparação com 44% que vivem no meio rural⁴.

Os pobres com mais risco de ficar para trás são as pessoas vivendo em extrema pobreza, insegurança alimentar, e cumulando outras barreiras por fazer parte dos grupos detalhados em baixo.



Pessoas em insegurança alimentar

Informações produzidas em 2019 pelo Ministério da Agricultura e Ambiente com assistência da FAO, apontam que **cerca de 18,5% da população sofria de subnutrição**. De igual modo, verifica-se que 33,8% das famílias cabo-verdianas experimentavam dificuldades em adquirir alimentos seguros, nutritivos e suficientes⁵.

No final de 2020, **36% da população viveu insegurança alimentar moderada ou grave**. Para 30,4% dos indivíduos inquiridos, a COVID-19 foi identificada como um dos principais motivos da sua insegurança alimentar. O impacto mais crítico foi sentido nas ilhas turísticas do

4 MAA/FAO, Estudo de Impacto da COVID-19 no Sistema e na Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2021

5 Ministério da Agricultura e Ambiente, Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional das Famílias Resultados Preliminares, 2020.

Sal e da Boa Vista, e nos concelhos urbanos da Praia e São Vicente, mas também na Brava e Ribeira Grande de Santiago. As famílias nas áreas rurais apresentam uma situação de insegurança alimentar estrutural, enquanto as famílias que vivem no ambiente urbano foram afetadas de forma mais severa e conjuntural devido à pandemia. A insegurança alimentar afetou mais as famílias chefiadas por mulheres (39,2%) do que as chefiadas por homens (29%). As mulheres referiram maior dificuldade de acesso aos alimentos do que os homens (seja 25% contra 18%) e as trabalhadoras domésticas são a categoria profissional mais afetada em termos de acesso aos alimentos⁶.

Em relação às pessoas com situação de insegurança alimentar, os que correm mais risco de ficar para trás são os que sofrem de insegurança alimentar grave e estrutural, ou seja, os que:

- Vivem na insegurança alimentar severa (7% em 2014);
- Sofrem de malnutrição (12.6%);
- Pertencem às famílias chefiadas por mulheres (25% têm difícil acesso a alimentos);
- Vivem no meio rural, dependentes da produção agroalimentar afetada pelas mudanças climáticas (secas e cheias);
- São idosos sem acesso aos serviços de proteção social; e
- São pessoas com deficiência severa e grave e sem acesso a cuidados.

6 MAA/FAO, Estudo de Impacto da COVID-19 no Sistema e na Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2021



Meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social

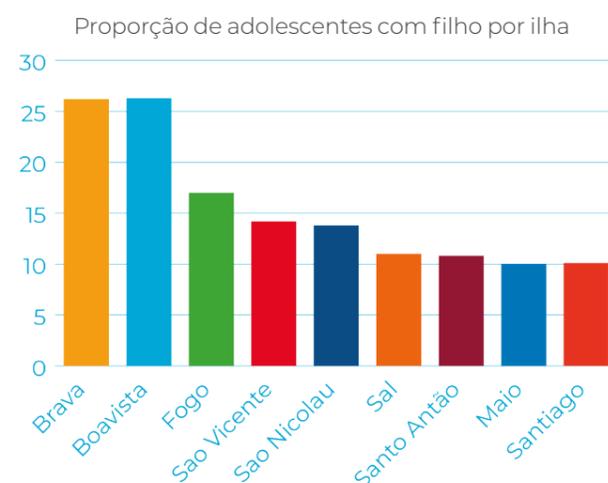
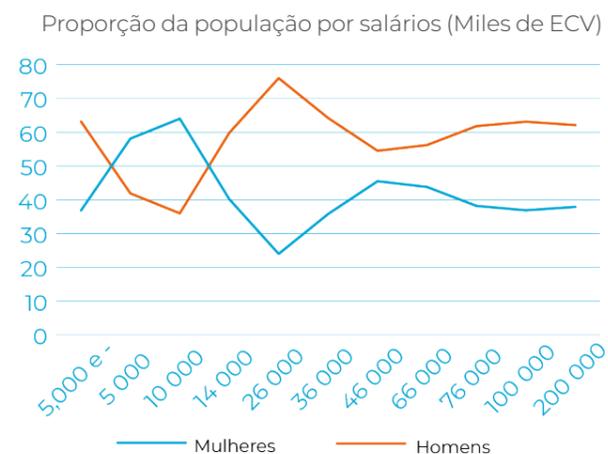
A nível nacional muitas desigualdades de género têm diminuído – como a proporção de mulheres parlamentares (de 23% a 34,7%) – ou foram eliminadas – como a taxa de desemprego (-3.4% para mulheres em média na última década, nenhuma diferença em 2020). Mas algumas áreas não registaram melhorias substantivas, como o acesso a posições de decisão no setor privado (35.1% em 2015 e 37.6% em 2020), ou a presidência de camaras municipais (1/22 em 2020).

A dependência económica das mulheres ainda é alta, como o mostra o fato que **63% dos cabo-verdianos que vivem principalmente de remessas e 67% que vivem principalmente da proteção social não contributiva são mulheres**. 92,6% das pessoas que citaram responsabilidades familiares, 63,9% das que citaram restrições relacionadas ao COVID e 60,9% das que citaram algum tipo de deficiência como principal motivo para não procurar trabalho são mulheres. Sobre todo, alguns grupos de mulheres e meninas são muito mais vulneráveis, dependendo do nível de estudo, do nível e da fonte de rendimento, da ilha de origem, e da situação familiar. Por exemplo, em termos de Violência baseada em Género (VBG), que foi dividida por dois a nível nacional, de 22% em 2015 para 11% em 2020⁷, alguns subgrupos estão mais expostos e, portanto, correm mais riscos de serem deixados para trás. A probabilidade de ser vítimas de VBG é mais alta para mulheres de Sal e Brava (18% e 16%), as mulheres separadas ou viúvas (33%), ou as mulheres com um nível de ensino básico

7 INECV, IDSR III, 2018. Esta taxa não inclui as vítimas de violência emocional. A cifra é 14% quando se acrescenta as violências sexuais.

(19%). Não há correlação entre o nível de renda familiar e a incidência de VBG.

Para além das vítimas de VBG, correm risco de ficar para trás as mulheres de 15-19 anos que começaram a sua vida reprodutiva (16%), e que tiveram de deixar os estudos ou um trabalho remunerado. Estão em risco de ficar para trás, raparigas e mulheres muitas das quais representantes dos respetivos agregados familiares, que estão no trabalho doméstico não remunerado e nem valorizado, a desenvolver a agricultura de sequeiro ou o comércio informal. De igual modo, estão em risco de ficar para trás 14,2% das mulheres que estão no desemprego. A taxa ascende a 33,1% para as raparigas dos 15 aos 24 anos, e são 38,5% de raparigas dos 15 aos 34 anos que não estudavam, não trabalhavam e nem frequentavam formação profissional.



Crianças e Adolescentes vulneráveis e em risco

37% da população pobre tem menos de 15 anos. 65,172 crianças menores de 15 anos são pobres (46% sendo meninas)⁸. A desnutrição das crianças menores de cinco anos diminuiu de 11,8 a 11% entre 2015 e 2018. Diminuiu de 13,6 a 10,1% para os rapazes, mas aumentou de 9,1% a 11,9% para as raparigas. Da mesma forma, diminuiu de 11,3 para 10,5% no meio urbano, mas aumentou de 11,2 para 12% no meio rural. A desnutrição aguda aumentou de 3 para 4,4% no mesmo período, e afeta mais os rapazes do que as raparigas (6,4 vs 2,3%)⁹.

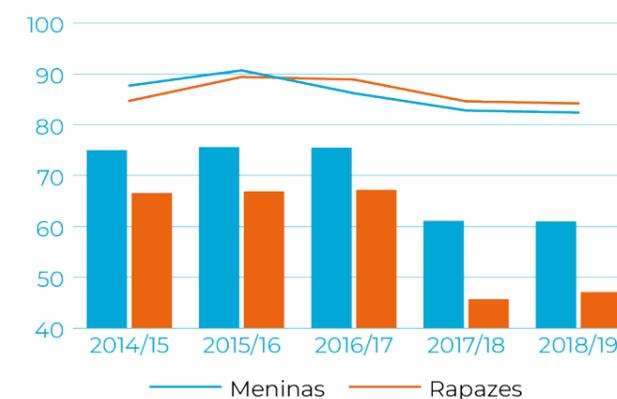
No domínio da educação, a taxa de escolarização no ensino básico ultrapassa os 90%, havendo um equilíbrio entre os géneros. A taxa de participação no pré-escolar diminuiu de 87,7 para 82,4% para os rapazes e de 84,7 para 84,2 para as raparigas, com desigualdades entre os municípios do país. Outro desafio do ensino pré-escolar e a qualidade do ensino, uma vez que apenas um 31,2% dos profissionais neste nível recebeu uma formação adequada. No ensino secundário, a taxa líquida de escolarização diminuiu de 70,8 para 54% entre 2015 e 2019, com uma vantagem importante para raparigas (61 contra 47,1%). Observa-se um crescimento do abandono escolar no ensino secundário, que se situa nos 7%, atingindo de forma particular, os rapazes (8,4%), e alguns municípios, como São Filipe (14,4%) e Ribeira Grande de Santiago (13,7%).

8 INECV, Perfil da Pobreza, 2021

9 Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN), Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF), 2018

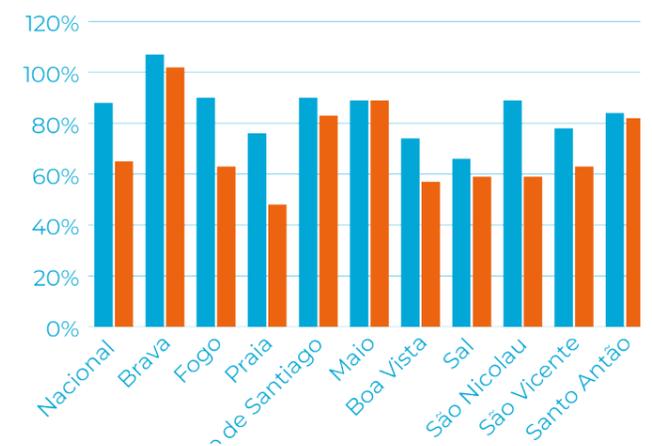
Para além das crianças que sofrem malnutrição e as não participam no ensino formal, estão em risco de ficar para trás **8,3% das crianças de menos de 6 anos que não se encontram registadas e as 6,2% que são registadas sem o nome do progenitor**. As crianças que se encontram expostas a riscos como a violência e a exploração sexual¹⁰, o tráfico, o trabalho infantil (8% em 2013, 14,2% no meio rural), forçado e não digno, bem como a socialização e a entrada em práticas de delinquência ou criminalidade e, ainda, na iniciação ao consumo de álcool e/ou outras drogas formam outros subgrupos com mais risco de ficar para trás. As adolescentes grávidas ou que já tiveram um primeiro filho (19,6%), especialmente se por isso deixaram os estudos ou o trabalho, e se são mães solteiras.

Taxa de participação no pré-escolar (linhas) e taxa de escolarização em secundária (colunas)



10 No ano judicial 2018/2019, foram resolvidos 257 casos de crimes sexuais contra menores, e transitaram como penderes, 414 processos de abuso sexual de crianças.

Proporção de adolescentes com filho por ilha



Jovem NEET

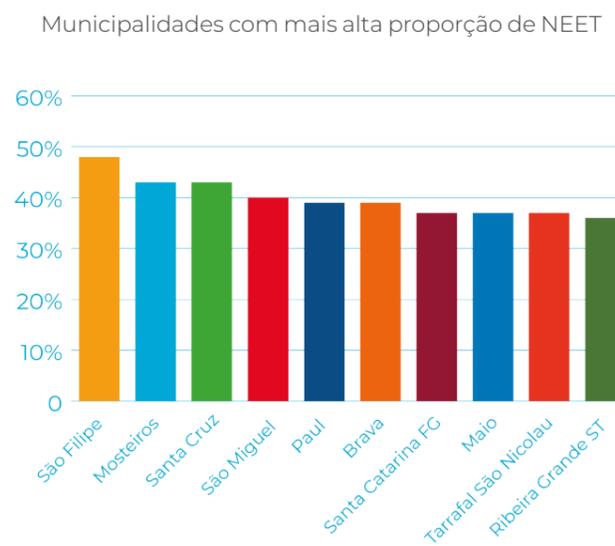
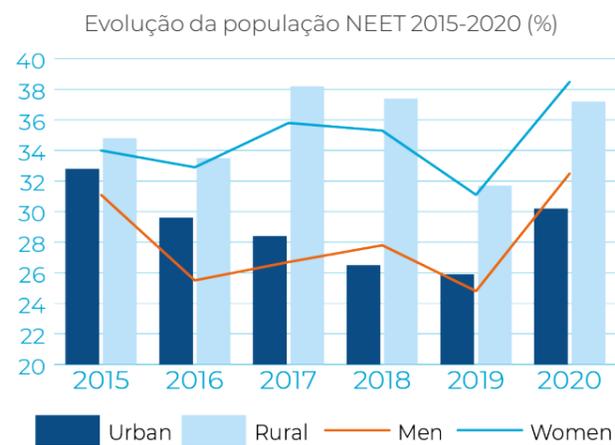
Todos os jovens (15-34 anos) em situação de pobreza - 66,250 jovens no total¹¹, representando 37,7% dos pobres, sem diferenças de género, correm risco de ficar para trás. Mas também os 77,480 jovens (35,4% dos jovens) que não estudam, nem trabalham e nem frequentam cursos de formação profissional (NEET). A proporção de jovens NEET diminuiu de 32,5% em 2015 para 27,8% em 2019, com uma ampla disparidade de género (+ 6% para mulheres) e uma crescente disparidade urbana/rural (de + 2% a + 6%). Em 2020 a proporção aumentou 7,6%, principalmente devido a COVID-19. 60% dos empregos perdidos devido a COVID foram perdidos por jovens, dos quais 70% tinham entre 25 e 34 anos e 55% eram de sexo masculino. 77,9% dos jovens NEET já trabalharam pelo menos uma vez, mas 28,8% das mulheres jovens NEET ainda estão à procura do primeiro emprego (contra 18,1% dos homens). **As desigualdades entre as ilhas e os municípios são importantes, sendo Fogo, Brava e Maio as ilhas mais afetadas no que diz respeito aos jovens NEET como**

11 Ibid.

proporção da sua população. Os mesmos municípios e ilhas apresentam o nível mais alto (de longe) de inatividade entre as mulheres. 71% jovens possui o ensino secundário incompleto, 22% completaram o ensino secundário e 3% possuem o ensino superior.

Os jovens NEET vivendo em situação de pobreza e que correm mais riscos de ficar para trás são os que:

- Vivem em pobreza (66250);
- São analfabetos (1,4% dos 15-24 anos, sem diferenças em termos de género ou meio de residência);
- Vivem no meio rural (37,4% dos 15-24 anos e 41,1% dos 25-34 anos NEET);
- São menores de 19 anos e grávidas ou com pelo menos uma criança a cargo;
- Moram nas ilhas da Brava, Fogo, Santo Antão e/ou concelhos mais isolados, como os de Santiago Norte, São Filipe, Brava;
- Jovens com deficiência e sem acesso a cuidados;
- Jovens do meio rural sem acesso à terra e aos fatores de produção e ao crédito;
- Buscam na emigração possibilidades de sair da condição de pobreza (59% das emigradas e 41% dos emigrados tem entre 15 e 24 anos).



Idosos isolados social ou geograficamente

Representando embora cerca de 6% do total da população do país, os idosos pobres e em situação de vulnerabilidade social estão em risco de ficar para trás. Utilizando o limiar nacional da pobreza, e segundo estimativas do INE, em 2020 viviam, em Cabo Verde, 6,264 idosos em situação de pobreza, o que representa 3,6% do total dos pobres e 19,6% dos idosos com mais de 65 anos, sendo o 63,4% deles mulheres e 57% vivendo no meio rural.

Cerca de 15% vivem sozinhos¹². **O total dos idosos pobres diminuiu mais de metade em 5 anos** (44,3% em 2015).

60% são cobertos por algum sistema de proteção social, seja do regime contributivo ou não contributivo/rede de segurança. Em 29,8% dos agregados familiares do Grupo 1 (agregados familiares muito pobres), e em 31,9% dos agregados familiares do Grupo 2 (agregados familiares pobres) existem idosos¹³. Os idosos sem qualquer cobertura por sistemas de proteção social (29%) são particularmente vulneráveis.

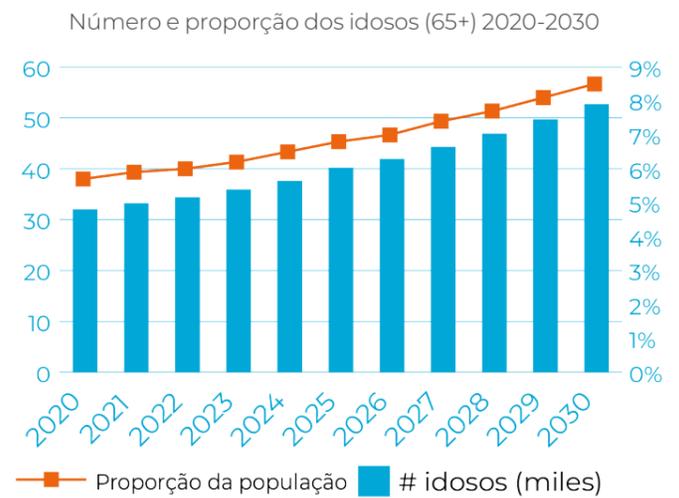
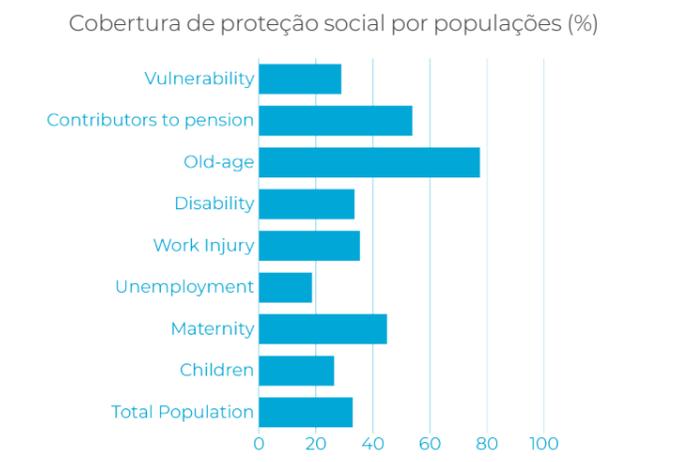
Os idosos com maiores riscos de ficar para trás são os seguintes:

- Os que vivem em situação de extrema pobreza (14,4% dos idosos, IDRF 2015);
- Os que não têm acesso ao regime contributivo de previdência social e que não têm acesso às prestações sociais do regime não contributivo da proteção social (29% dos idosos);
- Os que não frequentam um centro de cuidados ou não são assistidos por cuidadores profissionais (3000 idosos de agregados familiares vulneráveis precisam de cuidados);
- Os que não beneficiam do apoio da sua família ou próximos;
- Os que são analfabetos (58%);
- Os que possuem deficiência.

12 INE, Curiosidades sobre o idoso em Cabo Verde. Praia, 2016

13 Dados do Cadastro Social Único, 2021

No contexto da COVID-19, com o encerramento dos Centros de Dia, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) realizou um censo rápido para identificar os idosos que não se encontravam sob responsabilidade de nenhum parente, tendo sido identificados 712 nesta situação. **Entre os 3,000 idosos vulneráveis, estes 712 são os que mais correm o risco de ficar para trás.**





Imigrantes oriundos do continente africano

Estão em risco de ficar para trás, 11.449 imigrantes africanos que, embora possam ter maior nível de escolaridade média que os cabo-verdianos, e menor taxa de desemprego, veem-se discriminados e excluídos pelo preconceito de raça, cor e origem.

No grupo dos imigrantes oriundos do continente africano, os subgrupos com maior risco de ficar para trás são aqueles que:

- Não têm estatuto legal (17% do total de imigrantes);
- São vítimas potenciais de tráfico (existem casos, mas não estão devidamente contabilizados)¹⁴;
- São mulheres e, por conseguinte, enfrentam desafios específicos no acesso à informação e participação devido às barreiras educacionais, linguísticas e socioculturais;
- Pertencem a minorias religiosas.

São também aqueles que, em situação de doença grave e com necessidade de evacuação para o exterior, não conseguem tratamento médico adequado pela inexistência de um quadro normativo que o permita. São os filhos dos imigrantes em situação irregular que, embora nascidos em Cabo Verde, não conseguem ser registados e usufruir dos direitos que lhes assistem. São os filhos dos

14 US Department of State, Trafficking in Person Report, 2020

imigrantes que têm dificuldades de acesso a vagas e bolsas de estudo para a formação superior, bem como os que não dispõem de programas de inclusão educativa, enfrentando barreiras linguísticas que comprometem sua aprendizagem.



Pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência, particularmente aquelas com deficiências graves e que pertencem a famílias pobres, estão em risco de ficar para trás. Segundo dados do Censo de 2010¹⁵ havia 27,866 pessoas com incapacidade, excluindo aquelas com problemas de saúde mental, o que representa 5,7% da população total. Metade dessas pessoas apresentava dificuldades visuais, um terço tinha problemas graves de motricidade e um sexto sofria de deficiências auditivas. Verifica-se ainda que 59,9% deles eram mulheres. A maioria das deficiências é adquirida, seja na idade adulta (52,9%), seja durante a infância / adolescência (30,1%), enquanto apenas 17% são inatas. No domínio do emprego e do rendimento, as condicionantes que se colocam às pessoas com deficiência são várias, não obstante a proibição da não discriminação e de medidas de ação afirmativa nos concursos públicos.

No domínio da saúde, não obstante os avanços verificados, as dificuldades de acesso às infraestruturas e serviços e à cobertura dos custos médico-medicamentos e aos meios auxiliares de diagnóstico continuam a colocar-se. Informações de instituições que trabalham com essa população apontam para sua fragilidade em relação à violência sexual

15 Não existem dados mais atuais sobre a deficiência em Cabo Verde

e às infeções sexualmente transmissíveis, nomeadamente o HIV/SIDA. Dados referentes a 2018 apontam para uma taxa de prevalência de 2,3%, quatro vezes superiores à média nacional, sendo de 1,7% entre mulheres e 3,5% entre os homens com deficiência. A prevalência sobe a 9,1% para as pessoas com problemas de saúde mental.

No grupo de pessoas com deficiência, os subgrupos com maior risco de ficar para trás são aquelas que:

- Vivem em extrema pobreza (7962);
- Vivem com múltiplas deficiências ou com necessidades especiais extremas (17,5%);
- São analfabetas (46,4%), especialmente as mulheres (53,6% contra 40% de homens);
- Não recebem nenhuma pensão social (o regime não contributivo cobria 3651 adultos em 2018, sendo 61% mulheres, e o regime contributivo 775 pessoas)¹⁶
- Vivem com HIV (2,3%), especialmente as pessoas com deficiência mental (9,1%);
- Vivem em situação de rua;
- Vivem com uma deficiência mental e não têm acesso a serviços adequados.



Presos e demais pessoas privadas de liberdade

Cabo Verde tem um total de 1,567 reclusos, uma população prisional masculina, jovem e cabo-verdiana. 97,1% são do sexo masculino. 44% dos

16 INE, Anuário Estatístico de Cabo Verde, 2018

reclusos são solteiros, e 10,7% são jovens com idade de 16-21 anos¹⁷. A idade média dos presos situa-se em 32 anos, sendo a quase totalidade de nacionalidade cabo-verdiana. 90% possui algum nível de escolaridade. Para além disso, 60% dos reclusos são naturais de Santiago (ilha que agrupa 56% da população de Cabo Verde), 9,8% são naturais de S. Vicente (15.2% da população) e 7,7% da ilha do Fogo (6.1% da população).

Crimes contra a propriedade, contra a vida e crimes sexuais constituem as causas penais para 84,5% das sentenças. A duração média das condenações é de 9 anos. A maioria dos presos é proveniente de estratos socioeconómicos pobres, com baixo nível de escolaridade e de famílias monoparentais. 43,1% dos reclusos tiveram ao menos um membro do seu agregado familiar preso antes dele e 23,8% depois dele 17,6% dos reclusos declararam pertencer a alguma associação criminosa. As infraestruturas, as condições sanitárias, e o acesso aos cuidados de saúde sofrem limitações nas 3 prisões centrais (Praia, Mindelo e Sal)¹⁸, algumas com sobrelotação. Em algumas ilhas, observa-se que as condições não eram adequadas para reclusos com doenças mentais ou toxicod dependência.

Em 2021, 23 adolescentes estão sob medidas tutelares socioeducativas, entre eles 2 raparigas. Roubo e posse de arma são causas de internação de 16 dos 23 adolescentes¹⁹.

17 INE/MJ. I Recenseamento Prisional 2018. Praia, junho 2018

18 Departamento de Estado dos Estados Unidos, Relatório de Práticas dos Direitos Humanos, 2020

19 Direção Geral dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social

Os presos com mais riscos de ficar para trás são os adolescentes em conflito com a lei, os presos com doenças mentais e toxicodependência que não recebem tratamento adequado, e os que ainda pertencem a gangs (2,3%).



Minorias por orientação sexual e identidade de gênero

Um estudo realizado em 2020 pela CNDHC baseado numa pesquisa com 109 pessoas LGBTI fornece muita informação qualitativa sobre as barreiras confrontadas por este grupo no seu acesso a seus direitos sociais, económicos e políticos. Embora, não se tem dados sobre o conjunto de pessoas LGBTI, sua localização, suas condições socioeconómicas, sua inclusão política, etc.

As pessoas LGBTI continuam sujeitas a uma atmosfera de hostilidade generalizada que resulta em discriminação tanto no seio da família, como na escola, no trabalho, perante a polícia, profissionais de saúde, media e em outras esferas sociais. É visível a ausência de mecanismos específicos de proteção e promoção²⁰. O acesso ao emprego e a rendimentos constitui um grande problema para as pessoas LGBTI, bem como a estigmatização sofrida no sistema da Educação e Formação. No domínio da saúde, especialmente para os transexuais, os cuidados são precários. 37,6% dos inquiridos afirmam já terem sido vítimas de violência/discriminação²¹.

20 CNDHC, II Relatório Nacional dos Direitos Humanos, 2020

21 CNDHC, Estudo Diagnóstico Sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBTI em Cabo Verde, 2020



Ilhas, municípios e bairros/povoações periféricos e isolados

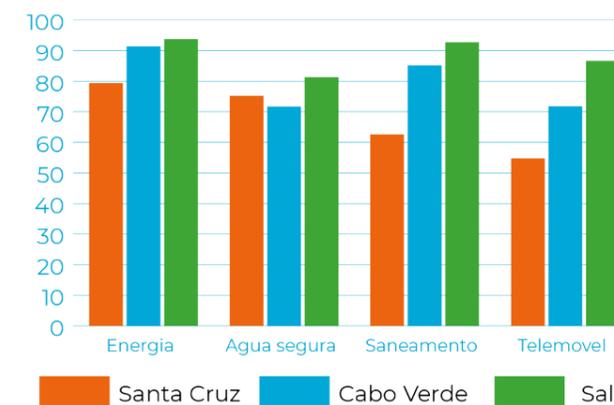
Embora a pobreza e o desemprego tenham diminuído desde 2015, 68,1% dos muito pobres vivem em áreas rurais e o desemprego aumentou 11,1% nessas áreas. **Os municípios rurais da ilha de Santiago estão mais atrasados em termos de pobreza monetária, acesso a serviços básicos e oportunidades económicas. A pobreza extrema continua elevada em três ilhas: Fogo (20,2%); Brava (18,8%) e Santo Antão (17,1%), embora Brava e Ribeira Grande de Santo Antão tenham beneficiado de uma diminuição importante do desemprego nos últimos 4 anos. Esses municípios e ilhas correm o risco de ficar para trás**, especialmente porque as mulheres e homens dessas ilhas, provavelmente, não beneficiarão da criação de empregos ligados aos aceleradores dos ODS e às plataformas PEDS se não virem uma melhoria forte e rápida no acesso à educação de qualidade, formação profissional e vocacional, alfabetização digital, acesso ao financiamento e mobilidade.

Não obstante os investimentos feitos em infraestruturas e serviços em toda a extensão do território nacional, o isolamento, o encravamento e as assimetrias entre ilhas e concelhos continuam ainda presentes e tendem, por isso, a reforçar as desigualdades de oportunidades e dificultar o acesso aos bens e serviços básicos. O ainda precário sistema de transportes internos interilhas, a concentração dos grandes equipamentos e serviços diferenciados de saúde nos principais centros urbanos, condicionam as possibilidades de indivíduos e grupos de ver melhoradas as suas condições de vida.

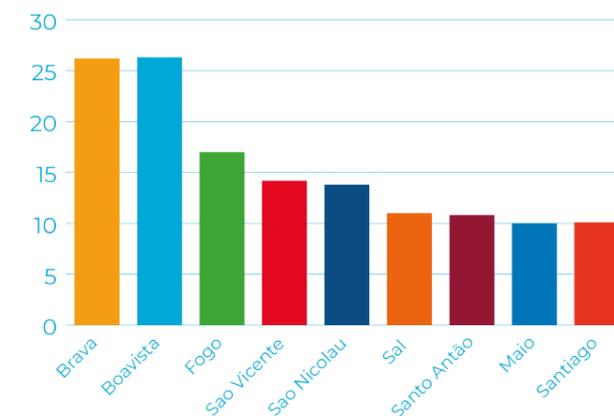
Uma compreensão mais profunda das

estruturas sociais e económicas dos municípios e ilhas menos conectados ao todo nacional pode ajudar a moldar uma solução singularizada para evitar deixá-los para trás. Por exemplo, perceber porque é que um crescimento médio anual per capita mais elevado no Fogo do que em Santo Antão conduziu a uma redução muito menor da pobreza, ou porque há menos infraestruturas e equipamentos nas comunidades pobres de Santiago em comparação com as ilhas mais remotas.

Acesso a serviços por concelho (%)



Extrema pobreza por ilha (%)



O quê? Análise das causas das privações e barreiras

Baseado na identificação dos grupos em risco de ficar para trás, na análise dos dados e estudos correspondendo aos indicadores dos ODS priorizados e dos dados, e do conteúdo qualitativo extraído dos grupos focais, a Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás identifica:



As causas imediatas, as mais visíveis



As causas subjacentes, as que criam as condições que sustentam as causas imediatas, e tem a ver com o limitado acesso a serviços, oportunidades e direitos



As causas raiz, que tem origem na história e na cultura duma sociedade, e criam ou justificam uma estrutura social excludente para alguns grupos ou indivíduos

As manifestações do risco de ficar para trás em Cabo Verde são as condições de vida, a pobreza, a fome e o usufruto incompleto dos direitos humanos. As causas imediatas destas manifestações são o limitado rendimento, a má saúde física ou mental, e limitada participação na esfera pública.

As causas subjacentes que limitam o rendimento de alguns indivíduos ou grupos²² - seja a fonte deste rendimento o emprego, a proteção social, ou outra - são as limitações no acesso a:



Habilitação

Dificuldades de acesso a uma educação de qualidade, a uma formação técnica e profissional que valorize as competências, habilidades e atitudes requeridas para o mercado de trabalho tendem a ter um impacto durante todo o ciclo de vida de pessoas e grupos.



Comunicação e transporte

A falta de conexão a Internet, seja móvel ou rede fixa, e a limitada mobilidade física, para atingir a escola, o centro de saúde, outros serviços, o mercado, ou o lugar de trabalho.



Finanças, terreno e serviços económicos

A dificuldade de acesso ao crédito, à terra no meio rural, e a serviços económicos, como os do ecossistema de apoio às empresas

²² As causas subjacentes são classificadas pela sua ligação com as causas imediatas, embora possam provocar várias causas imediatas. Por exemplo, o trabalho doméstico não afeta apenas o rendimento mas também a saúde física e mental e a participação na esfera pública.

e ao empreendedorismo, seja por falta de capacidades ou de meios para aceder aos mesmos, seja por barreiras geográficas, institucionais, informacionais ou culturais



Boas condições laborais

Estando no trabalho doméstico não remunerado, infantil ou informal leva a falta de tempo, de espaço mental, de condição física ou de meios para realizar seus direitos económicos.

As causas subjacentes que levam a má saúde física e/ou mental são as limitações no acesso a:



Segurança alimentar

A desnutrição crónica afeta o desenvolvimento físico e/ou intelectual das crianças, e a saúde física e/ou mental ao longo da vida. O impacto faz-se sentir de forma particular na infância podendo comprometer todo o desenvolvimento da criança.



Água, saneamento e energia

Afetam diretamente e indiretamente a saúde, através do seu impacto na saúde pública, particularmente nas doenças hídricas, na nutrição e na salubridade.



Cuidados de saúde adaptados

A limitada prevenção e tratamento das doenças, seja por falta de acesso físico, seja pela ausência ou limitado atendimento adaptado às especificidades e condições da pessoa, particularmente no domínio da saúde sexual e reprodutiva.



Habitação digna

A promiscuidade decorrente de habitações precárias e a ausência de saneamento e de proteção contra a humidade e as pragas, assim como a localização das habitações em zonas de contaminação e de riscos decorrentes dos desastres naturais

As causas subjacentes que levam a limitada participação na esfera pública são as limitações no acesso a:



Proteção contra a violência e acesso a justiça

A exposição a violência sob todas as suas formas e o limitado acesso à justiça por parte das vítimas, pelas limitações das leis e políticas públicas da proteção dos direitos de alguns grupos ou contra alguns tipos de violência, pela lenta ou limitada resolução de casos, ou pela falta de conhecimento dos instrumentos de

proteção jurídica existentes ou de coordenação interinstitucional entre atores-chaves.



Respeito a identidade e cultura própria

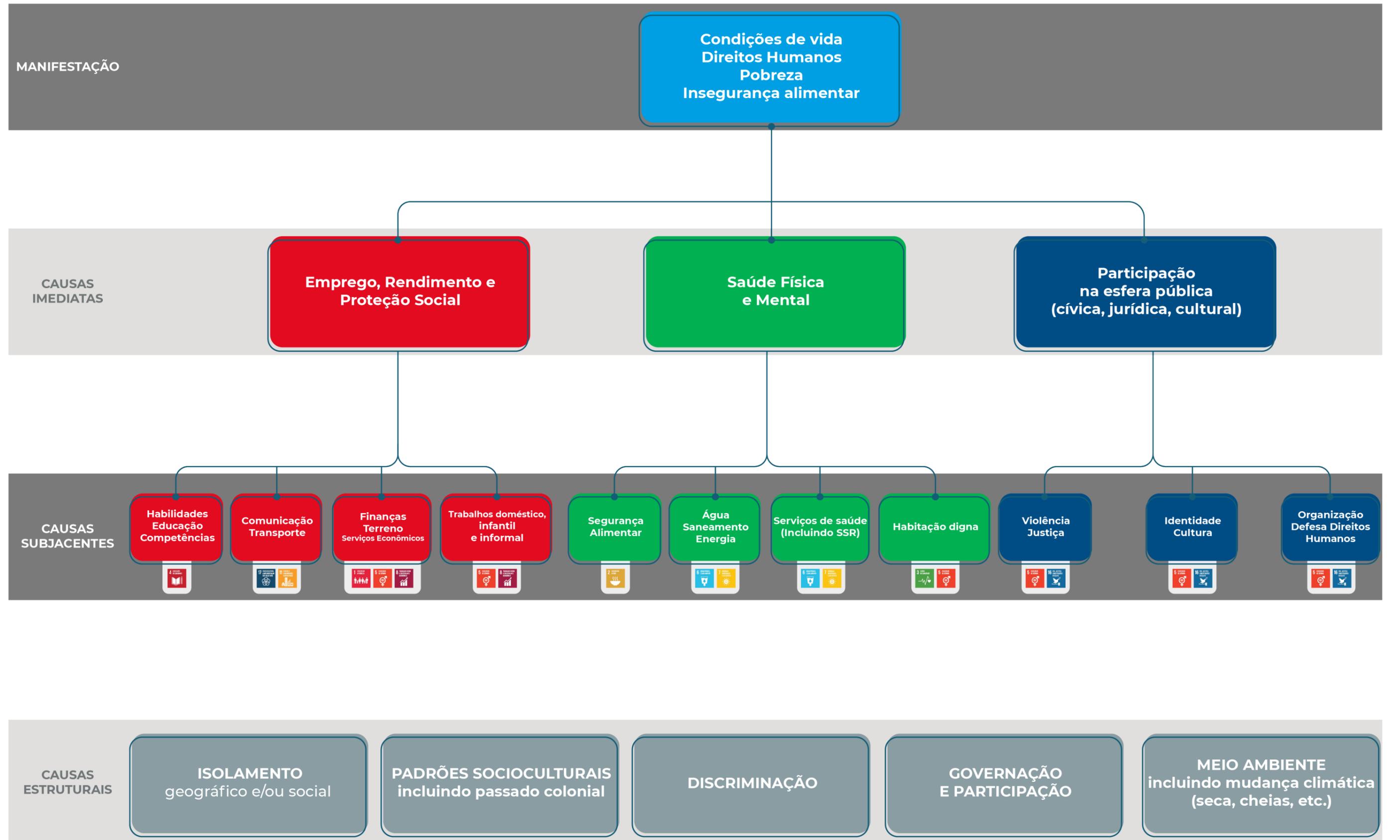
O não reconhecimento ou valorização da identidade (étnica, cultural, religiosa, sexual) para os indivíduos sem estatuto legal, ou de forma mais extensa para as populações não incluídas nos dados ou cuja cultura, religião ou orientação sexual é sujeita a discriminação por uma parte da sociedade.



Organização coletiva e defesa dos direitos humanos

Alguns grupos ou territórios, com condições de pobreza e saúde similares aos grupos identificados, não sofrem do mesmo nível de exclusão, porque organizaram-se e participam na esfera pública para fazer ouvir sua voz e defender os seus direitos. Alguns grupos não têm esta voz e, por conseguinte, são mais sujeitos do que outros à pobreza monetária e multidimensional.

A Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás analisa no detalhe como estas diferentes causas aplicam de forma diferente para cada grupo identificado como correndo o risco de ficar para trás, e os seus efeitos e impactos.



As causas subjacentes identificadas para Cabo Verde resultam de **cinco causas estruturais**, a saber:



A condição de arquipélago representa um constrangimento estrutural que dificulta o acesso universal a serviços e oportunidades. Para além disso, alguns municípios, mesmo na ilha de Santiago, e alguns bairros, mesmo na capital, ou grupos sociais, mesmo nas zonas centrais dos grandes centros urbanos, ficam longe da decisão política e económica, e à margem do mercado de trabalho, dos sistemas de saúde, dos serviços de educação, da água e do saneamento, dos transportes, energia. A falta de acesso a meios de comunicação, a forte presença no trabalho informal, o isolamento provocado por uma cultura diferente ou associado à idade ou condição socioeconómica constituem alguns exemplos de isolamento social, que levam alguns grupos ou indivíduos a ficar longe das redes de comunicação e solidariedade.



Determinados indivíduos, com perfis bem específicos, nomeadamente, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e minorias por orientação sexual e identidade de género, estão, a par dos problemas ligados a ausência de rendimentos, mais suscetíveis a ficarem para trás. Com efeito, uma cultura patriarcal e patri-machicentrada, heteronormativo tende a, por um lado, fazer com que os homens e heterossexuais exerçam domínio e, por outro, coartem a autonomia, estigmatizem

e discriminem os demais. De igual modo, padrões culturais eurocêtricos valorizam negativamente outras culturas e “raças”, o que explica a situação dos imigrantes africanos.



Associada aos padrões culturais vigentes e à forma como as pessoas se veem e se relacionam com os outros, a discriminação e a xenofobia constituem fatores que podem favorecer o aumento dos riscos de pessoas e riscos ficarem para trás. O preconceito de cor, de raça, etnia, religião e origem, condenadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo ordenamento jurídico cabo-verdiano tende a atingir de forma particular os imigrantes africanos e as mulheres pela sua condição de ser mulher.



Tanto no contexto colonial quanto no pós-colonial, a governança tem tido, por ação e/ou omissão e não obstante as boas reformas introduzidas, um impacto no aumento dos riscos dos grupos identificados e daqueles que se encontram mais invisíveis nas estatísticas e nas políticas públicas serem deixados para trás.



As fragilidades ambientais do país constituem causas estruturais que limitam e condicionam um desenvolvimento económico e social sustentável, e têm uma incidência maior sobre os grupos em risco de ficar para trás seja nos meios rurais, nas comunidades piscatórias e nos assentamentos urbanos das periferias dos centros urbanos, incluindo o impacto desproporcionado das mudanças climáticas sobre alguns grupos, exacerbando vulnerabilidades preexistentes

O que? **Recomendações para a implementação das políticas públicas**

Reconhece-se que, de forma global, Cabo Verde dispõe de um quadro legal e regulamentar que favorece o respeito dos Direitos Humanos de todos bem como sua inclusão social. De igual modo, grande parte das políticas públicas, tanto as económicas e sociais, tem procurado incidir nos grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, mitigando os fatores que limitam a igualdade de oportunidades entre as pessoas. Como consequência, **a recomendações da Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás centram-se nas medidas e ações permitindo a aceleração da implementação das políticas públicas de inclusão política e socioeconómica.** Para o efeito, foi organizado um Workshop com a Parceria Nacional LNOB, a sociedade civil e indivíduos identificados como estando em risco de ficarem para trás para obterem recomendações inclusivas dirigidas às populações vulneráveis.

Reforçar o sistema estatístico com dados desagregados e atualizados, e consolidar o Sistema Nacional de Planeamento para o tornar mais inclusivo

1. Desenvolvimento de estudos de base, desagregados e atualizados e que permitam uma melhor definição e localização dos indivíduos e grupos em risco de ficar para trás, entre outros o Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias em 2022 e o Recenseamento Agrícola mais frequentemente
2. Implementação de um Sistema de Informações estatísticas setoriais, desenvolvendo interfaces entre os subsistemas para facilitar o acesso às informações na definição de políticas e decisões
3. Realização e atualização pelo menos a cada 5 anos de uma avaliação integrada sobre a deficiência em Cabo Verde, identificando as condições sociais e económicas, o tipo e intensidade da deficiência, o género, a situação face ao ensino, e localização geográfica
4. Monitorização e avaliação permanente do impacto das medidas e políticas atuais com base em informação e dados sobre implementação para saber o que funciona e como melhorá-las
5. Atualização dos indicadores do Cadastro Social Único (CSU)
6. Seguimento sistematizado da execução dos projetos financiados pelo governo aos municípios
7. Transparência e eficácia na seleção dos grupos para os kits escolares, transportes e propina
8. Melhor uso de dados estatísticos do Censo (muita informação estatística produzida não é aproveitada da forma mais adequada)

9. Envolvimento as Organizações da sociedade civil (OSC) a nível local e comunitário na identificação dos grupos vulneráveis, uma vez que estão mais próximos da realidade das pessoas.

10. Reforço da informação das pessoas cadastradas sobre o seu grupo e benefícios, através duma plataforma dedicada ou do apoio de técnicos sociais na localidade

Desenvolver as capacidades a nível setorial para assegurar serviços adequados

1. Formação dos coordenadores dos diversos programas e projetos do PEDS visando enfatizar a importância da abordagem integrada para a implementação das políticas, programas e projetos.

2. Melhoria do conhecimento, das competências e das capacidades de dirigentes e técnicos/as da administração pública central e local; responsáveis e técnicos/as de atendimento; técnicos/as de organismos dos setores público, privado e cooperativo com intervenção, direta ou indireta (colaboradores) sobre planeamento e orçamento baseado em resultados, monitorização e avaliação, e programação intersectorial e interinstitucional

3. Analisar o espaço fiscal disponível ou que possa ser criado para manter o nível de proteção social ou, se for possível, estender a cobertura e os benefícios

4. Alargamento das experiências-piloto desenvolvidas em 4 Centros de Saúde, no âmbito do Plano Estratégico para a Saúde dos Idosos

5. Capacitação das associações de

imigrantes e envolvimento da Plataforma dos Imigrantes e das Associações na definição e implementação das políticas públicas

6. Formação e sensibilização aos colaboradores nos processos de inclusão e participação das pessoas com deficiência, da acessibilidade, do atendimento de Pessoas com Deficiência e da Promoção dos seus Direitos

7. Definição e implementação de um plano de inclusão das pessoas com deficiência na educação e na saúde

8. Capacitação e sensibilização do Pessoal de Saúde e todos os outros domínios públicos, para um adequado atendimento às pessoas com deficiência e aos grupos LGBTI

9. Eliminação das barreiras arquitetónicas em todos os serviços públicos (escolas, hospitais, postos de saúde...) e municipais

10. No Parlamento, fazer funcionar mais ou melhor as plataformas de interação entre eleitos e eleitores

Melhorar a coordenação entre as instituições e entre os níveis

1. Articular o RSI com outras medidas de inclusão social com o objetivo de promover autonomia do beneficiário (acesso à formação profissional, ao emprego, estágios profissionais, crédito para o autoemprego...)

2. Redistribuição de cuidados não remunerados, tendo em conta as assimetrias regionais

3. Implementar a presença dos serviços sociais nas comunidades: criação de uma

equipa multisectorial (Câmaras Municipais, Saúde, Educação, ONG e associações comunitárias), para identificar as pessoas / agregados familiares em risco ou em situação de exclusão social, e a fomentar o acompanhamento familiar dos grupos identificados e beneficiados com alguma medida de inclusão social (prestações, formação, emprego, autoemprego...)

4. Reforço dos programas de alimentação e nutrição em casa e na escola, destinado aos estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico, e o/as responsáveis pelo cuidado domiciliar

5. Trabalho conjunto com as municipalidades para reforço e alargamento dos cuidados domiciliários e de alimentação aos idosos que vivem sozinhos e/ou em situação de isolamento

6. Implementação de mecanismos de coordenação (dentro do MFIDS) entre as organizações que trabalham com pessoas com deficiência, evitando sobreposições de ações e desperdício de recursos

7. Criação de um Centro de Referência para o Atendimento multidisciplinar à Saúde da Pessoa com Deficiência (CRAMSPD), com enfoque na Intervenção precoce e reabilitação de crianças e jovens

8. Reforço dos mecanismos de articulação interinstitucional entre os diferentes domínios responsáveis pela promoção da reinserção social dos presos (justiça, educação, formação profissional e emprego, inclusão social)

9. Formação das câmaras municipais para facilitar a formalização da economia informal através do acesso a melhores condições,

equipamentos, serviços e instalações; a aplicação das leis; e a sensibilização da sociedade, das famílias e dos utilizadores

10. Reforçar a gestão interinstitucional no âmbito do programa Casa para Todos

Fomentar a colaboração entre as entidades públicas e as organizações da sociedade civil e empresas do setor privado para a inclusão

1. Fomento de parcerias público-privadas que promovam o acesso à terra, ao crédito, aos serviços de assistência técnica e fatores de produção

2. Reforço das medidas e dos programas de apoio às vítimas de VBG, em articulação com as organizações da sociedade civil

3. Reforço da articulação e da capacidade institucional das OSC que trabalham com crianças, adolescentes e jovens em risco, e incluir no seu trabalho o acompanhamento das famílias

4. Envolvimento do setor privado, particularmente do domínio da hotelaria e turismo na prevenção à exploração sexual e ao tráfico e crianças e adolescentes para um turismo amigo da criança

5. Parceria com as grandes e médias empresas para desenvolver a aprendizagem e as ofertas de qualificação profissional ao perfil dos jovens de baixa escolaridade e pessoas em reinserção social

6. Reforço das ações de reinserção social com ênfase no acompanhamento dos indivíduos antes e após o cumprimento da

pena estabelecida, para diminuir as taxas de reincidência, em parceria com empresas privadas e organizações da sociedade civil

7. Preparação e implementação de uma cota para pessoas com deficiência no emprego público e privado

8. Apoio à capacitação e envolvimento das associações representativas das pessoas LGBTI na definição e implementação de políticas públicas

9. Criação do enquadramento jurídico para as empresas sociais, feitas numa base sem fins lucrativos para ajudar pessoas vulneráveis, e que recebem apoio e incentivos de instituições e leis

10. Promover parcerias público-privadas para o acesso à saúde e às especialidades médicas, pelos grupos mais vulneráveis nos concelhos e municípios sem ou com limitada oferta de especialidade médica e meios complementares de diagnóstico

Acelerar os procedimentos administrativos, legais e judiciais com ênfase naqueles que oferecem vantagem comparativa aos grupos com maior risco de ficar para trás

1. Aprovação da Lei da antidiscriminação para combater as desigualdades, como instrumento legal para acelerar o acesso a direitos humanos (Imigrantes, LGBTI, etc.)

2. Fortalecimento do processo de implementação da Lei contra a Violência Baseada em Género (VBG), e promoção de uma maior celeridade processual

3. Reforçar os meios de prevenção da VBG, incluindo a implementação de instrumentos de alerta, prevenção e denúncia de pessoas violentas

4. Definição do quadro legal para os refugiados e apátridas e reforço do programa de legalização dos imigrantes, incluindo para registar filhos de imigrantes cujos pais estão em situação irregular

5. Desburocratizar os procedimentos de acesso a nacionalidade

6. Criação da Classificação Nacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

7. Implementação de todas as medidas previstas no Diploma que desenvolve as Bases Gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, com especial atenção sobre: Programa de apoio ao emprego e à qualificação; apoios à integração, manutenção e reintegração no mercado de trabalho; emprego apoiado; Centros de reabilitação profissional; e apoio ao investimento a entidades de reabilitação profissional; direito à saúde

8. Reforço do apoio e seguimento dos reclusos em regime semiaberto e os recém-liberto

9. Reforço das capacidades de fiscalização e penalização do incumprimento das leis, em parceria com a polícia e a justiça

10. Formação em cidadania e direitos humanos para uma maior humanização na atuação da polícia

Investir nas habilitações/com-

petências dos subgrupos com maior risco de ficar para Trás

1. Reforço dos Gabinetes de Orientação Vocacional e Profissional nas Escolas pelo fortalecimento de programas de combate ao abandono escolar

2. Mecanismo de transporte gratuito aos grupos economicamente mais vulneráveis para permitir o acesso à educação, saúde, serviços...

3. Adaptação dos transportes escolares ao público beneficiário (alunos de diferentes faixas etárias, pessoas com necessidades especiais e idosos...), incluindo através da formação de motoristas de transportes públicos em matéria de atendimento especial

4. Adaptação dos manuais escolares às pessoas com necessidades especiais

5. Reforço dos programas para escolares de educação para jovens adultos

6. Extensão das bolsas de estudos para a formação técnica e profissional

7. Desenvolvimento e implementação de programas de empoderamento (conhecimentos e habilidades, incluindo alfabetização digital e financeira), dirigidas especificamente e adaptadas, na forma e no conteúdo, aos subgrupos com mais riscos de ficar para trás

8. Apoio a transição para a formalidade dos negócios e trabalhos informais

9. Criação de programas para o acolhimento e integração do Imigrante, para facilitar a aprendizagem da língua cabo-

verdiana e da língua portuguesa e dar a conhecer aspetos sobre o funcionamento das instituições públicas e legislações de referência sobre acesso à serviços sociais e económicos

10. Formação das Pessoas com deficiência, suas famílias e outras pessoas significativas; Dirigentes e técnicos/as de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência; sobre acessibilidade, atendimento de Pessoas com Deficiência e promoção dos seus Direitos

Acompanhar uma melhor compreensão da discriminação e da violência e dos seus impactos pela população

1. Reforço de ações de formação e informação dos cidadãos a nível da educação para a cidadania e direitos humanos de modo a que possam participar de forma ativa e informada nos debates públicos, especialmente as mulheres e grupos mais vulneráveis

2. Implementação nas escolas e nos centros de cuidado de programas de educação sexual para prevenir e reduzir os riscos associados à gravidez precoce, infeções sexualmente transmissíveis, HIV /SIDA, de luta contra o comportamento homofóbico e sexista e a violência sexual, e promoção da igualdade entre mulheres e homens

3. Introdução de atividades curriculares e extracurriculares de valorização da multiculturalidade e da interculturalidade

4. Reforço do papel dos meios de comunicação na difusão dos direitos das crianças e dos jovens, das mulheres, das pessoas com deficiência, dos grupos LGBTI,

dos imigrantes africanos e dos presos

5. Reforço da comunicação aos imigrantes sobre os seus direitos, em pelo menos 3 idiomas (Inglês, Português e Francês)

6. Criação de programas de literacia em direitos humanos no setor da educação, associados a medidas de responsabilização dos atos

7. Criação de espaços de debates promovidos por organismos públicos para incentivar a participação política (parlamento comunitário) e fomentar a participação, na esfera de partidos políticos, para evitar uma excessiva partidarização das organizações da sociedade civil

8. Instalação de grupos jovens na comunidade (uso das redes sociais) que já beneficiam dos programas públicos e que sirvam de exemplo, para que as comunidades se identifiquem, evitando o receio dos demais mostraram a sua vulnerabilidade

9. Acelerar o processo da alteração da Lei licença maternidade/paternidade, pelo menos por 6 meses

10. Reforço na igualdade na divulgação de informações sobre todas as regiões, incluindo através duma televisão com mais programas nacionais e com cobertura mais efetiva a nível nacional

Foto Capa: Keila Pina

©UNDP/Fundo de Descentralização Cabo Verde